

TRAJETÓRIA DO EMPODERAMENTO POLÍTICO DA MULHER BRASILEIRA

Agenor Francisco de Carvalho¹

RESUMO: O presente artigo parte de um estudo bibliográfico da trajetória do empoderamento político da mulher no Brasil. Tendo por referência Algranti (1999), Perrot (2005), Priore (2012), Saffioti (1987) Piscitelli (2009), De Oliveira & Zanchett *apud* Colling (2015), Puga *apud* Colling (2015) e outros autores. Diante do oceano de silêncio que a cultura latino americana do machismo impõe às mulheres, desde a colonização, algumas mulheres ousaram e se permitiram ingressar num universo exclusivamente masculino. Embora tenham participação efetiva na história do Brasil, algumas mulheres não possuem registro na história, são mulheres que dada à participação e ousadia em suas épocas, foram legadas ao esquecimento por uma sociedade cujo poder intrinsecamente está apenas garantido aos homens. Mulheres negras como Dandara e Tereza de Benguela, revolucionárias como Anita Garibaldi, Hipólita Jacinta, Chiquinha Gonzaga, Olga Prestes, guerreiras como Maria Quitéria, Maria da Penha e tantas outras cujo sacrifício garantiram o espaço feminino na sociedade brasileira. Representando mais de 52% do eleitorado, as mulheres ainda não conseguiram efetivar sua participação no poder, seja no congresso, nos governos, assembleias, prefeituras ou câmaras. A tímida presença das mulheres na política ainda é um dos desafios da atualidade.

Este estudo de caráter bibliográfico intenciona abordar a trajetória do empoderamento político da mulher no Brasil, trazendo à memória notáveis brasileiras, ou aquelas de outras pátrias, colaboradoras para a formação do pensamento e atitude, contribuindo para que o público feminino pudesse ter voz, espaço e atuação no cenário nacional. Com breves comentários sobre a conquista e sobrevivência diária das mulheres, elenca algumas dessas figuras (de escolha aleatória) as quais participaram de maneira ativa, seja durante o

¹ Professor Assistente do Departamento de Letras – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPCX. Mestre em Educação. agenor.carvalho@ufms.br

período escravocrata e colonial, seja durante o império, ou ainda dos tempos republicanos até a consolidação da democracia brasileira, com uma mulher assumindo a presidência da república.

Sem demérito a tantas mulheres ousadas entregues ao sacrifício pela conquista de ideais, preponderantemente em busca da liberdade, esta pesquisa faz referência a apenas algumas, as quais, mesmo que esquecidas, representam uma época, uma história de luta, de resistência, de busca incondicional para a igualdade e respeito à dignidade.

No silêncio sombrio da solidão, a mulher brasileira trava diariamente uma luta pela sobrevivência. Marcada por isolamento histórico, pela cultura latina de dominação masculina, ela emite seus pedidos de socorro e, em determinadas ocasiões: ousa, grita, lança-se nesse universo machista e faz a sua história. Legada a papéis domésticos, submete-se em sua rotina, a enfrentar os assédios, a subordinação, a violência num oceano de silêncio. São notáveis os avanços da presença feminina no decorrer do século XX, todavia, ainda em situações que exploram a imagem, em detrimento à intelectualidade e força da mulher. Embora, na sociedade pós-contemporânea, o papel feminino tenha alcançado destaque, notadamente em seu empoderamento², mas ainda prescinde de assumir de fato sua presença na política, na gestão, seja ela pública ou privada, no mundo dos negócios.

A relação das mulheres com a cidadania e com o Estado passa pela associação destas à maternidade. Enquanto os homens adentram o espaço público com o status de indivíduo, cidadão e trabalhador (todas qualidades da esfera pública), as mulheres frequentemente se incluem a partir de questões do mundo doméstico, associadas às tarefas de reprodução, o que afirma seu estatuto político em razão das funções maternas e de cuidado. (Para Bonetti, 2011, p. 73)

O Brasil, embora seja um Estado laico, apresenta sólidas e cristalizadas tradições cristãs, herdadas de uma cultura europeia desde o século XVI. Tradições essas que legam à mulher o papel secundário. Afinal, a compreensão

² Na fala de Lisboa (2003, p. 22): A categoria “empoderamento”, central neste estudo, vem do inglês *empowerment*, e tem sido utilizada por autores que estudam formas de “desenvolvimento alternativo” (Friedmann, 1996; Stark, 1996). O princípio do “empoderamento” distingue estes novos paradigmas dos tipos tradicionais de desenvolvimento.

de que o Deus cristão, não possui gênero, é algo de tempos recentes. As Sagradas Escrituras remetem ao entendimento da representação da mulher como de procriadora, submissa e razão de todo pecado. Cabendo ao homem, este sim, o exercício do poder, da manutenção da prole e da conquista do mercado de trabalho.

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor, da qual, segundo Michelet, elas “detêm o sacerdócio”. (Perrot, 1998)

E diante do Deus (homem), as mulheres foram podadas e silenciadas. Pois, não apenas as religiões influenciam os valores sociais, mas os próprios sistemas políticos decorrentes e as normas de conduta da mulher em sociedade. Conduta de silêncio, seja nas religiões ocidentais, mas também nas orientais, nas quais as mulheres devem permanecer em silêncio nos templos, igrejas, sinagogas ou mesquitas. Mas a capacidade do ser humano é fantástica, razão pela qual a espécie evoluiu e alcançou os patamares atuais. Mesmo caladas e legadas ao segundo plano, e em algumas sociedades, a plano nenhum, algumas mulheres silenciosamente romperam com seus tempos, assumiram a postura guerreira e souberam marcar sua trajetória no disputado e masculino espaço do poder da história brasileira. Entretanto, algumas dessas mulheres, ícones de época, vêm sendo esquecidas, numa sociedade que insiste em ser machista.

Mulheres cientistas que foram no passado, acusadas, julgadas e queimadas como bruxas. Mulheres entendedoras das forças da natureza eram nomeadas feiticeiras. Mulheres que conquistaram e exerceram o poder, simplesmente atacadas e destituídas pelo simples fato de serem mulheres. Segundo Puga (2015, p. 82):

Inicia-se, assim, especialmente no século XV em diante, com o enalço cada vez maior da Inquisição da definição que demarcaria os denominados praticantes de magia, em sua maioria, mulheres: o lado sombrio da sociedade, o qual deveria ser controlado e exterminado. Portanto, majoritariamente a essas mulheres era destinada a implicação do “crime” da feitiçaria. [...] fonte de debates acadêmicos sobre os “tempos de desespero” (MICHELET, 2003, p. 17), os quais o período medieval se encontrava. [...] Se, posteriormente, o médico

simbolizaria também um detentor de poder pelos conhecimentos específicos, e, por isso, odiado pela igreja, ainda assim era melhor que a feiticeira, porque esta “ousa curar sem ter estudado” e, portanto, “deve morrer” (MICHELET, 2003, p. 23)

Os avanços das ciências, das artes, da religião, da tecnologia, por custa de sacrifício e de guerras, de verdadeiros holocaustos passados, proporcionam à humanidade neste começo de século, uma sociedade mais humanizada. A promoção da igualdade de condições e oportunidades para o ser humano, parte da suposição do compartilhamento de responsabilidades. Seja no trabalho ou no lar.

Não há mais espaço para funções e atividades exclusivas para mulheres ou homens. Daí decorre a necessidade da ocupação do espaço de poder pela mulher brasileira. Embora a legislação atual contemple uma sociedade ideal, mas distante da realidade. Assim, a luta pelos direitos da mulher, a conquista do espaço de poder, da igualdade no mercado de trabalho, ainda representam um desafio.

Esta forma de racionar é exatamente igual àquela que considera o trabalho extraluar da mulher como “ajuda” ao marido. Na qualidade de mera “ajudante”, a mulher se oferece um salário menor, ainda que ela desempenhe as mesmas funções que o homem. A própria mulher, admitindo seu trabalho tão-somente como “ajuda”, aceita como *natural* (grifo do autor) um salário inferior. (Saffioti, 1991, p. 15)

Aceita-se como natural e silencia-se, reconhecendo-se e assumindo a culpa pelos destinos oferecidos. Numa sociedade complexa, como é o caso da brasileira, não só pelo espaço territorial imenso, mas pelas distâncias abissais entre as camadas sociais. Representada pelos diversos “brasis” coexistindo num só país. De cidades altamente tecnológicas, convivendo com lugares saídos do mundo primitivo. De escolas do terceiro milênio ao lado de escolas do século XVIII. De mulheres reconhecidas, respeitadas e admiradas pela sua trajetória, convivendo com mulheres açoitadas, amordaçadas, humilhadas, estupradas diariamente como se natural assim o fosse.

E, para não serem esquecidas, algumas mulheres atuantes em suas épocas, empreendedoras, líderes, guerreiras que souberam abaixar as armas, sem jamais tê-las largado é que este trabalho de caráter bibliográfico visa

destacar. A sociedade brasileira embora apresente seus avanços, esteve ao longo da história marcada como patriarcal. O espaço do poder legado apenas aos homens, mesmo com uma vasta legislação que aponte igualdade, razão pela qual, a presença feminina na política, mesmo com uma população maior ainda é pequena. Ainda que tenha tido uma efetiva participação em movimentos de luta, desde o Brasil colonial, algumas mulheres foram esquecidas. Têm suas memórias apagadas nesse universo masculino de exaltação aos heróis (homens) nacionais. Embora algumas mulheres ainda sejam lembradas e têm suas presenças refletidas, seja nas escolas ou nos movimentos sociais, mas ainda assim, decorre de permanente resgate histórico. Samara *apud* Piscitelli (2009, p. 89):

Desde os tempos coloniais, mulheres das camadas populares, vivendo na escravidão ou em liberdade, negra, mulatas e brancas pobres estavam nas ruas trabalhando [...]. Assim, as suas memórias e histórias de vida podem ser resgatadas através das atividades cotidianas e dos papéis informais, onde instalavam-se conflito e confrontação com os poderes instituídos. [...] principalmente nas áreas urbanas, fizeram com que os estudiosos repensassem o sistema patriarcal e a rígida divisão de tarefas e incumbências entre os sexos. Essas “mulheres sem história”, cujas memórias estão nos documentos de seu tempo, frequentemente penetraram nos considerados espaços masculinos por convenção. Sendo assim, servem para exemplificar as distâncias que existiam entre as práticas e a norma social. (Samara *apud* Piscitelli, 2009, p. 89)

É certo que existem alguns registros da participação da mulher no poder, entretanto, algumas delas estão sendo esquecidas e carecem de serem lembradas, suas memórias resgatadas e refletidas. Neste estudo de cunho bibliográfico, observou-se a efetiva participação de algumas dessas mulheres. A começar pela companheira de Zumbi do Quilombo dos Palmares.

Situado na então Capitania de Pernambuco, hoje Estado de Alagoas, o Quilombo dos Palmares ou N'gola Janga (Angola Pequena) formou-se no início do século XVII. Desenvolvendo-se a partir da desorganização causada em Pernambuco com a invasão holandesa. No seu apogeu chegou a possuir cerca de 20 mil pessoas. (Mott, 1991, p. 44)

Dentre as mulheres negras, partícipes da história de luta das brasileiras e que merecem destaque, está Dandara. Menina ainda quando se juntou àqueles que desafiavam ao sistema escravagista e fundaram o Quilombo dos Palmares. Dandara era casada com Zumbi dos Palmares, com quem teve três filhos,

participava efetivamente da elaboração das estratégias de defesa e resistência do quilombo. Dominava técnicas de capoeira e era conhecida como grande lutadora.

Quanto a situação das mulheres em Palmares, tenho mais dúvidas do que certezas. Pergunto-me como ficava a situação das mulheres raptadas: tinham status privilegiado desde o início? Podiam participar das razias? Eram obrigadas também a trazer escravos ou permaneciam “cativas” para o resto da vida? (Mott, 1991, p. 44-45)

Dandara ao que tudo indica era livre, efetuava as tarefas cotidianas do quilombo, como os demais negros no cultivo de milho, mandioca, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar e banana, além de trabalhos com madeira e cerâmica. Segundo as poucas referências existentes, Dandara se matou jogando-se num abismo em 6 de fevereiro de 1694, quando foi capturada, para evitar retornar à condição de escrava.

Tereza de Benguela, mulher, negra e quilombola viveu no século XVIII. Símbolo de liderança e devotamento pela liberdade dos negros, embora a história pouca referência traga, é um ícone da resistência negra no Brasil Colonial. Conforme Mott (1991, p. 46), na então Vila Bela da Santíssima Trindade, região do Vale do Guaporé, primeira capital de Mato Grosso, Tereza de Benguela era casada com o líder do quilombo do Piolho ou Quariterê, José Piolho. Com a morte de seu marido, Tereza passou a liderar o quilombo, chefiando a comunidade por mais de vinte anos de resistência e luta contra a Coroa Portuguesa.

A “Rainha Tereza” como era reconhecida, comandava a estrutura política, econômica e administrativa do quilombo, mantinha a segurança da comunidade com as armas trocadas com brancos ou resgatadas em incursões nos lugares próximos. O quilombo dominava a arte da forja e, os instrumentos de ferro utilizados na tortura e aprisionamento dos negros, eram transformados em ferramentas de trabalho. A comunidade quilombola do Quariterê, era estruturada num regime de parlamento e de um conselheiro da rainha. Ali era cultivado o algodão, transformados em tecido grosseiro nos teares e vendidos

fora do quilombo, além de milho, feijão, mandioca, banana e outros, cujos excedentes também eram comercializados.

De acordo com documentos da época, Tereza de Benguela chefiou uma comunidade com mais de 100 pessoas, sendo aproximadamente 79 negros e 30 índios. O quilombo Quariterê manteve-se da década de 1730 até o final do século. Tereza mantinha o parlamento, cujas reuniões ocorriam todas as semanas.

Governava esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro. [...] Isso faziam, tanto que eram chamados pela rainha, que era a que presidia e que naquele negral Senado se assentava, e se executava à risca, sem apelação nem agravo (Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade do ano de 1770). (Cruz, 2012, p. 48):

Tereza de Benguela, a “rainha Tereza”, foi capturada em 1770 e morta. Ou conforme cita Mott (1991, p. 47) “... sentindo-se perdida, Tereza ingeriu ervas venenosas e talvez pela ação do veneno tenha morrido “enfurecida” ao ser conduzida às pressas para Vila Bela, presa”. Decepada, teve sua cabeça empalada num poste e colocada no meio da praça do quilombo. Em 2014, o dia 25 de julho, cuja data coincide com o Dia Internacional da Mulher Negra Latino- americana e Caribenha, foi instituída pela lei 12.987, o dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Um resgate histórico e o reconhecimento daquela que em holocausto se entregou à causa da mulher negra e que também influencia as mulheres na liderança, no mercado de trabalho, na luta por uma sociedade mais justa.

Na luta pela Independência do Brasil, algumas mulheres tiveram participação efetiva, Hipólita Jacinta Teixeira de Mello, é uma delas. Nascida em 1748, tornou-se rica proprietária rural na região do Rio das Mortes, em Minas Gerais. Durante o movimento conhecido como Inconfidência Mineira, em 1789, participou ativamente, financiando o movimento pela independência do Brasil e o fim da escravidão.

Nos pesados trabalhos de extração mineral parecia confirmada a imagem legada pela pena do viajante *Rugendas, Lavagem de ouro, perto de Itacolomi*, em que mulheres em segundo plano aparecem carregando gamelas com pedras que seriam lavadas. Não havia impedimentos formais a seu trabalho na mineração mas diante de exigências de resistência e força física, restringiam-se à função de carregadoras de gamelas. (Del Priore, 2012)

Hipólita Jacinta, incomodava-se com a situação das mulheres nas minerações. Mantinha uma correspondência, avisando seus companheiros da inconfidência. A carta, na qual é denunciado Joaquim Silvério dos Reis como traidor dos companheiros de revolução, é de sua autoria. Da mesma forma, avisava sigilosamente dos movimentos. Inclusive da prisão de Tiradentes no Rio de Janeiro ao avisar ao padre Carlos Corrêa de Toledo e Mello o seguinte bilhete: "Dou-vos parte, com certeza, de que se acham presos, no Rio de Janeiro, Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Tiradentes, para que vos sirva ou se ponham em cautela; e quem não é capaz para as coisas, não se meta nelas; e mais vale morrer com honra que viver com desonra."

Percebendo que o movimento fracassara, ainda tentou avisar ao coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Com o fracasso da Inconfidência Mineira, teve seus bens confiscados pela Coroa, seu marido condenado ao degredo perpétuo em Moçambique. Recuperou parte de seus bens, num longo processo e veio a falecer em 1828.

Atuante na Revolução Pernambucana (1817) e na Confederação do Equador, Bárbara Pereira de Alencar, nascida em 1760 é outra mulher que merece destaque. Matriarca da família, escritora, conspiradora e avó do também escritor José de Alencar. Nascida em Exú, interior do Pernambuco, participou de diversos movimentos revolucionários, ao fazer de sua casa o local para as reuniões. De acordo com Araújo (2006, p. 58) foi presa em 1817, nas celas da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, aos seus algozes dizia: não quero ser rainha, quero ser rei. Morreu em 1832, na cidade de Fronteiras-PI, após várias peregrinações em fuga da perseguição política. Localmente é considerada como a primeira presa política da História do Brasil.

Ainda no século XVIII, outra mulher participativa foi Maria Quitéria (1792-1853). Nascida na Bahia, em Feira de Santana, tornou-se militar. Possuidora de grandes habilidades com o uso das armas de fogo, resolveu se alistar como voluntária, logo após a proclamação da independência do Brasil. Algumas províncias não reconheciam a autoridade do imperador D. Pedro I, uma delas foi a Bahia, cujo contingente militar português era considerável, e resistiam à tropa imperial.

Maria Quitéria de Jesus, mesmo contra a vontade de seu pai, que a alertara sobre a proibição de mulheres irem à guerra, foi ajudada por sua irmã Teresa, cortando os cabelos, vestindo-se da farda de seu cunhado, tomando-lhe emprestado o nome, alistou-se como homem no Regimento de Artilharia, a fim de lutar contra a tropa portuguesa. Uma semana depois foi descoberta e, devido seus domínios no uso de armas, foi aceita. Transferida para o Batalhão dos Periquitos, à sua farda foi acrescida um saiote.

No dia 20 de agosto foi recebida no Rio de Janeiro pelo Imperador em pessoa, que a condecorou com a Imperial Ordem do Cruzeiro, no grau de Cavaleiro, com seguinte pronunciamento: "Querendo conceder a D. Maria Quitéria de Jesus o distintivo que assinala os Serviços Militares que com denodo raro, entre as mais do seu sexo, prestara à Causa da Independência deste Império, na porfiosa restauração da Capital da Bahia, hei de permitir-lhe o uso da insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro". (Santos, 2009, p. 8):

Foi a primeira mulher brasileira a assentar praça numa unidade militar, num interregno que durou 120 anos. Sendo considerada a “Joana D’Arc do Brasil”, foi reconhecida em 1996, patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

Nascida em 30 de agosto de 1821, Anita Garibaldi é considerada “Heroína de Dois Mundos” em razão de ter participado no Brasil e na Itália, ao lado de seu marido Giuseppe Garibaldi. Durante a Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos), conhece Anita Ribeiro da Silva. Assim, unidos, participaram ativamente do combate em Imbituba, e da batalha da Laguna, na qual Anita Garibaldi carregou e disparou um canhão.

Capturada pela tropa do Império, durante a Batalha de Curitiba, grávida de seu primeiro filho, empreendeu fuga a cavalo, tendo encontrado seu marido em Vacaria-RS. Seu filho nasce em 1840, casou-se com Giuseppe no ano de 1842. Naquele ano explode a guerra contra a Argentina e Garibaldi comanda a frota uruguaia. De volta para a Itália em 1847. A família Garibaldi já tinha três filhos. Anita deixa a pátria brasileira para acompanhar seu marido na crença e defesa dos seus ideais, todavia, passa um tempo com seus filhos e a mãe de Giuseppe em Nice, na França, enquanto ele participa das lutas pela independência da Itália.

Entende-se, portanto, que o repensar feminino e do masculino como constructo, arrolado à relações de poder, a partir de representações que se reafirmam historicamente em discursos e práticas, traz novos dimensionamentos ao papel exercido pelas mulheres migrantes. Ao mirá-las com um pouco mais de atenção e sensibilidade, vê-se que, mais que acompanharem aos maridos e familiares no processo de desterritorialização e reterritorialização, são peças-chave na compreensão do enredo da migração, em que elas atuam com protagonismos e singularidades. Em seus caminhos, as mulheres migrantes constituíram-se sujeitos do processo migratório, atuando diretamente no curso deste. (Oliveira, 2015, p. 483)

De volta aos combates em Roma, em 1849, Anita e Garibaldi são perseguidos e em fuga, já próximos à província de Ravenna, Anita vem a falecer a 4 de agosto, em Mandrioli, vítima da febre do tifo.

Nísia Floresta Augusta (1810-1875) foi a primeira mulher a defender publicamente a emancipação feminina. Fundou no Rio de Janeiro uma escola voltada para a alfabetização de meninas e jovens. Uma das primeiras mulheres a publicar artigos em jornais de grande circulação no país, considerava que ideias eram influenciadas, pelo processo de educação das mulheres. Para ela a distinção entre gêneros, não passavam de construções sociais, sem justificativa para a desigualdade. Legava à educação como sendo o primeiro passo para a emancipação feminina. Foi tradutora e publicou a obra “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, de Mary Wollstonecraft.

A escritora, jornalista, musicista e professora primária Maria Firmina dos Reis (1825-1917) foi outra mulher de destaque no século XIX. Defendeu a abolição em jornais, através de contos, charadas e poemas. Foi a primeira

mulher a publicar um romance brasileiro: Úrsula (1859). Através da literatura, construía personagens voltados a denunciar e refletir sobre a condição péssima dos escravos. Sendo mais conhecida como professora primária do que como escritora, todavia sua obra foi inovadora para época, sendo comparada às escritoras de outras nacionalidades.

Ainda no século XIX, destaca-se a pianista, compositora e concertista Francisca Edwiges Neves Gonzaga - Chiquinha Gonzaga (1847-1935). Autora da primeira marcha carnavalesca (“O abre alas” – 1899), primeira pianista do choro. De família de militar, deixou de casar-se para abraçar o piano, escandalizando as mulheres da época com seus temas e modos livres. De acordo com Mugnani Jr. (2005, p. 86), Chiquinha participava de conferências e concertos abolicionistas, tendo vendido suas composições nas ruas para alforriar um escravo músico, conhecido como Zé Flauta. Após anos de casada, separou-se do marido e levou o filho mais velho, sendo considerado um escândalo para época.

Outro destaque é Leolinda Daltro (1859-1935), professora e indianista, precursora do feminismo no Brasil, foi alvo de perseguições da imprensa, ao invadir espaços exclusivamente masculinos, buscando alertar a sociedade da época para as desigualdades e injustiças. Numa época na qual o papel da mulher era extremamente definido:

No espaço público, as mulheres têm quase um dever de beleza, exercido pelas princesas das cortes européias, ainda tão numerosas às vésperas da Primeira Guerra Mundial, das quais a duquesa de Guermantes é, em *Em busca do tempo perdido*, de Proust, uma nostálgica figura memorial. A burguesia reproduz esse modelo segundo uma divisão dos papéis sexuais que delega às mulheres a ostentação do luxo e do lazer. Homens ocupados, sem tempo, vestidos de negro – só os *dandies* se permitem o refinamento dos acessórios – contrastam com mulheres ociosas e entregues a uma mundanidade tão frenética quanto ritualizada. (Perrot, 1998)

Leolinda ao ter seu alistamento eleitoral recusado, fundou em 1910 o partido Republicano Feminino, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto. Primeira mulher candidata em 1919 às eleições municipais, teve seu registro negado.

Maria Lacerda de Moura, anarquista nascida em 1887, desde jovem interessou-se pelo pensamento social e ideias anticlericais. Professora, adotou a pedagogia libertária de Francisco Ferrer Guardia. Trabalhou com mulheres e incentivou um mutirão para a construção de casas para a população carente da região em Barbacena-MG. Colaboradora da imprensa operária anarquista brasileira e internacional, tratava de temas como educação, direitos da mulher, amor livre, combate ao fascismo e antimilitarismo. Uma das poucas ativistas a se envolver diretamente com o movimento operário e sindical, Maria Quitéria viu a luta feminista como pilar do combate social, da igualdade de homens e mulheres.

Embora não fosse brasileira, Maria Bergner nascida em Munique, tornou-se conhecida no Brasil como Olga Benário Prestes. Era revolucionária, defendia o comunismo e lutava contra as desigualdades e injustiças sociais. Ingressou no movimento comunista com 15 anos, planejou ataques com seus companheiros de militância, foi presa em diversas ocasiões. Acompanhando Luis Carlos Prestes em seu retorno para o Brasil, Olga tinha a finalidade de liderar um movimento armado com apoio de Moscou, a fim de instaurar um governo revolucionário. Passou-se por esposa de Prestes durante dois anos, até que vieram a se casar. Foi extraditada para a Alemanha, por decisão do tribunal brasileiro, onde morreu numa câmara de gás.

Legadas ao esquecimento, as mulheres no Brasil em raros momentos, tem sua memória respeitada. Conforme revela De Oliveira & Zanchett, *apud* Colling (2015, p. 451):

Para além do século XIX, os registros históricos apontam em direção a silenciamentos e irrisórias participações das mulheres na construção da memória. Como reação, nos últimos 40 anos, as mulheres entraram no penoso combate pelo direito à voz, à narrativa. Entretanto, ao se lançarem ao trabalho de “narradoras sucateiras” (GAGNEBIM, 2006) encontram poucos, raros registros da atuação feminina na História. Isto porque, por muito tempo, à mulher foi retirado o direito à vida pública, de modo que é nos registros da vida privada que conseguimos maior número de narrativas memorialísticas capazes de pontuar, ainda que por meio de re-construção, a significativa, embora olvidada, história das mulheres. (De Oliveira & Zanchett, *apud* Colling, 2015, p. 451)

As mulheres que ativamente participaram da luta pela igualdade no Brasil, contribuíram para o surgimento de legislação que garante direitos de igualdade. Desde a constituição federal de 1988, esses direitos vêm sendo efetivados. A própria legislação eleitoral, ao permitir o direito das mulheres em escolher seus representantes foi garantido em 1932, através do decreto 21.076 do Código Eleitoral Provisório, após intensa campanha nacional. Nesses mais de oitenta e quatro anos de luta, a participação das mulheres na política ainda é pequena, mesmo representando 52% do eleitorado.

Diferente da época em que a potiguar Celina Guimarães Viana, primeira mulher a votar no Brasil em 1927, embora tivesse seu voto anulado. Ou da médica Carlota Pereira de Queiroz – primeira mulher eleita como deputada federal em 1934. Ou ainda a primeira mulher a assumir vaga no senado – Eunice Michiles em 1979. Assim como, em substituição ao governador nomeado para o estado de Rondônia, Janilene Vasconcelos de Melo, torna-se a primeira mulher a governar um estado brasileiro de janeiro a fevereiro de 1984. Ou, Iolanda Fleming vice-governadora eleita, assume a vaga deixada pelo governador no estado do Acre em 1986, tornando-se a primeira governadora eleita. Mas também, em 1994, Roseana Sarney torna-se a primeira governadora eleita para o cargo.

Em 2010, Dilma Rouseff tornou-se a primeira mulher presidente do Brasil, derrotando outra mulher, a senadora Marina Silva. Afastada da presidência da República, Dilma Rouseff é a representação clara da sociedade machista brasileira. Pois mesmo que tenha assumido o mais alto cargo do poder no país, sobrevivia com uma equipe que disputou pedaços e influências do e no poder. Ex-guerrilheira, que empunhou as armas na luta por seus ideais, teve dificuldades em estabelecer-se num universo machista, que silenciosamente não aceita, impede e de tudo faz para se livrar da mulher que no poder estiver.

Empoderar-se³ é uma necessidade premente para que a democracia seja consolidada. Pois ao assumir o poder, as camadas que antes estavam na

³ Para Lisboa (2003, p. 22) “Estar “empoderado” (...) significa que as pessoas estão em posição de exercer sua capacidade de escolher de acordo com seu próprio e livre desejo. Implica uma

periferia, tendem a buscar a promoção da justiça social. Para Friedmann (1996) *apud* Lisboa (2003, p. 23) “o “empoderamento” dos setores mais pobres da população é condição necessária para o desenvolvimento com democracia participativa, pois ele somente é possível, se envolver todos os setores da sociedade”. Por isso e cada vez mais, torna-se necessária a presença efetiva da mulher nas decisões políticas do país. Stark (1996) *apud* Lisboa (2003, p. 23) revela que: *[...] através do “empoderamento”, cada pessoa toma parte nas decisões que lhe dizem respeito; ele requer democracia e equidade entre as pessoas envolvidas na tomada de decisões no nível socioeconômico e político.* Diz ainda que:

A categoria “empoderamento” surge exercendo forte influência no meio acadêmico, a partir da década de 1990, para analisar o processo pelo qual pessoas, organizações sociais ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, tanto social como ecológico, e a partir dela aprendem a lidar criativamente com situações-problemas e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como socioestruturais. (Stark, 1996 *apud* Lisboa, 2003, p. 23)

As mulheres brasileiras tiveram pouca participação no poder, notadamente o político. Os próprios dados eleitorais revelam a disparidade entre homens e mulheres no exercício desse poder. Nas eleições de 2012, 8.287 mulheres foram eleitas, correspondendo a 13,19% do total de eleitos. Isso demonstra que a representação feminina ainda está distante do total de eleitoras (52%) no Brasil.

A pequena participação da mulher nas câmaras, prefeituras, governos, assembleias e até mesmo no congresso tornam-se um empecilho para que as leis que garantem os direitos das mulheres sejam efetivadas. Convive-se ainda com a cultura do estupro, com um mercado de trabalho medíocre, cujos salários das mulheres são menores, com a definição de papéis inferiores para as mulheres. Por essas e outras razões é que as mulheres do passado, aquelas que ousaram e se doaram numa causa, mulheres como Tereza de Benguela ou Anita Garibaldi, ou ainda Maria da Penha, mulheres que jamais podem ser esquecidas.

política democrática em que as pessoas podem influenciar nas decisões sobre suas próprias vidas (...) (Mahbub ul Haq, citado por Lagarde, 1996, p. 111).

A luta pela igualdade perpassa não apenas pelas garantias legais, mas pela mudança de atitude, pela perseguição em busca de uma sociedade mais justa. Que as mulheres esquecidas, mulheres sem história na história do Brasil possam ser resgatadas na memória e junto com as poucas que foram citadas sirvam de um farol permanente a iluminar àquelas que se doaram, permitiram-se e ousaram em luta por um Brasil melhor.

BIBLIOGRAFIA

AGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ARAÚJO, Ariadne. Bárbara de Alencar. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

BONETTI, Alinne de Lima & ABREU, Maria Aparecida A. (orgs.) . Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

COLLING, Ana Maria & TADESCHI, Losandro Antonio (orgs.). Dicionário crítico de gênero. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

CRUZ, Tereza Almeida. Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do Vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) – 1980 – 2010. 2012. 367 f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 6 ed. 2 imp. São Paulo: Ática, 2001.

SANTOS, Lauciana Rodrigues dos. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRA: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESTUDOS DE DEFESA - ABED, 3., 2009, Londrina. *Anais...* . Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 1 - 14.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

MOTT, Maria Lucia de Barros. A mulher na luta contra a escravidão. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MUGNAINI Jr., Ayrton. A jovem Chiquinha Gonzaga. São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

MELO, Hildete Pereira de, et al. Olhares Feministas. Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lúcia Puga. _ Brasília: Minsitério da Educação: UNESCO, 2009.

PERARO, Maria Adenir & BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs.).
Mulheres e famílias no Brasil. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005.

PERROT, Michelle. As mulheres da história. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP:
EDUSC, 2005.

_____, Michelle. Mulheres públicas. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo:
Fundação da UNESP, SP, 1998.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo:
Contexto, 2012.

SAFFIOTI, Heleiteth I. B.O Poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.